

Estratégias coletivas de enfrentamento à fome em Florianópolis/SC durante a pandemia da COVID-19

Juliana Cunha Silva^{(1)*}, Marília Carla de Mello Gaia⁽²⁾

⁽¹⁾Acadêmica do curso de Agronomia do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina. Rod. Admar Gonzaga, 1346, Bairro Itacorubi, Caixa Postal 476, CEP 88040-900, Florianópolis, SC, Brasil.

⁽²⁾Professora Doutora, Depto de Zootecnia e Desenvolvimento Rural, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina. Rod. Admar Gonzaga, 1346, Bairro Itacorubi, Caixa Postal 476, CEP 88040-900, Florianópolis, SC, Brasil.

* Autora correspondente - Email: julianacs.agronomia@gmail.com.br

Resumo

Esta pesquisa objetivou a investigação das estratégias coletivas traçadas para o enfrentamento à fome em Florianópolis (SC) durante a pandemia da COVID-19, de forma a compreender como tem sido a garantia do acesso à alimentação por parte da população em vulnerabilidade social neste momento de crise. Para tal, foram utilizados como instrumentos de pesquisa o levantamento bibliográfico e a pesquisa de campo. O levantamento bibliográfico relacionou aspectos da situação conjuntural de pandemia com questões históricas e estruturais a respeito do acesso ao alimento, e demonstrou como e por que ações que giram em torno da Reforma Agrária, movimentos sociais, comunidades tradicionais, agricultura familiar e Agroecologia apresentam-se como uma alternativa para a superação da fome. A pesquisa de campo consistiu na aplicação de questionário online a grupos, coletivos e organizações que estiveram envolvidos com arrecadação e distribuição de alimentos em Florianópolis durante a pandemia. Posteriormente, foram realizadas entrevistas com respondentes do questionário que tiveram algum envolvimento com hortas urbanas e comunitárias na cidade. Estas informações possibilitaram a caracterização das ações e do público alvo atingido pelos grupos. As estratégias coletivas se mostram importantes pois atenderam majoritariamente populações socialmente vulneráveis porém, seriam mais efetivas se fizessem parte de um Plano de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do município.

Palavras-chave: Sindemia. Segurança Alimentar e Nutricional. Agroecologia. Agricultura Urbana.

Collective strategies to face hunger in Florianópolis/SC during the COVID-19 pandemic.

Abstract

This research aimed to investigate the collective strategies designed to face hunger in Florianópolis (SC) during the COVID-19 pandemic, in order to understand how the access to food has been guaranteed for the population in social vulnerability, at this time of crisis. To this end, a bibliographic survey and a field research were used as research instruments. The bibliographic survey related aspects of the pandemic situation with historical and structural issues regarding access to food, and demonstrated how and why actions developed around Agrarian Reform, social movements, traditional communities, family farming and Agroecology are presented as an alternative to overcoming hunger. The field research consisted in the application of an online questionnaire to groups, collectives and organizations that were involved with food collection and distribution in Florianópolis during the pandemic. Subsequently, interviews were conducted with respondents to the questionnaire who had some involvement with urban and community gardens in the city. This information made it possible to characterize the actions and the target audience reached by the groups. Collective strategies were important because they mostly served socially vulnerable populations, but they would be more effective if they were part of a municipal Sustainable Food and Nutrition Security Plan.

Keywords: Syndemic. Food and Nutrition Security. Agroecology. Urban Agriculture.

Introdução

Esta pesquisa se apresenta no contexto da pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2) agente causal da doença COVID-19 (COrona VIRus Disease - doença do coronavírus), que trouxe consigo diversos impactos negativos tanto em contexto mundial, quanto nacional. Dentre estes podemos mencionar as questões de alimentação, sanitárias, econômicas, sociais, de saúde pública, entre outras implicações que acentuaram problemáticas já existentes nos tempos anteriores à pandemia, como é o caso da fome entre populações socialmente vulnerabilizadas no Brasil (SCHAPPO, 2021). Cerqueira (2021, p. 211) destaca o fato de que a disseminação do novo coronavírus impactou as classes sociais que compõem a sociedade brasileira de formas distintas, e a desigualdade social somada à instabilidade econômica e política dificultou o enfrentamento da COVID-19. Dada a

ausência de uma coordenação política nacional foi inevitável que as populações de favelas, periferias e comunidades rurais sofressem mais com a insegurança alimentar neste contexto.

O problema da fome no Brasil foi colocado em evidência principalmente a partir das obras e estudos publicados por Josué de Castro, médico, geógrafo e antropólogo pernambucano que, desde a década de 1930, dedicou-se aos estudos sobre a situação alimentar dos brasileiros, em especial daqueles em situação de vulnerabilidade social (MACHADO *et al.*, 2010). Para Josué de Castro a fome é consequência da exploração econômica e da dominação política, um fenômeno social que não tem origem climática ou étnica, mas sim trata-se do produto de uma série de ciclos de extrativismos predatórios, baseados na monocultura de exportação que levaram o Brasil ao subdesenvolvimento (DE CASTRO, 1984; LUSTOSA; PEITER, 2020).

O caminho necessário para que o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) seja alcançado depende diretamente das condições disponíveis para que os indivíduos consigam superar as dificuldades de cada realidade. A promoção deste direito caminha junto, por exemplo, da agricultura familiar e da Reforma Agrária, e depende da execução de políticas de abastecimento, do incentivo à práticas de agricultura sustentável e agroecológica, da garantia de sanidade dos alimentos, e também de direitos básicos como abastecimento de água e saneamento básico (VALENTE *et al.*, 2007).

Desde o início da pandemia, com o aumento da insegurança alimentar, as organizações populares vem intensificando ações e campanhas de solidariedade em curto, médio e longo prazo, porém, sem sugerir a substituição do papel do Estado na garantia de direitos básicos como a alimentação (RIBEIRO *et al.*, 2021). Desta forma, esta pesquisa se propõe a investigar as estratégias coletivas traçadas para o enfrentamento à fome em Florianópolis (SC) durante a pandemia da COVID-19, de forma a compreender como tem sido a garantia do acesso à alimentação por parte da população em vulnerabilidade social.

O ponto de partida que norteou esta pesquisa foi o Plantio Agroecológico Solidário (PAS), projeto de extensão em andamento na Fazenda Experimental da Ressacada (FER/UFSC) desde abril de 2020. O Projeto é uma parceria entre o Mandato Agroecológico de Florianópolis, o Núcleo de Agroecologia da Fazenda Experimental da Ressacada da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e o Laboratório de Ecologia Aplicada (UFSC), onde foram produzidos no ano de 2020 cerca de 2 toneladas de

alimentos agroecológicos que foram doados à mais de mil pessoas pelo PAS, tanto em forma de marmitas beneficiadas por outros coletivos, quanto na forma *in natura*.

Referencial Teórico

Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil

No Brasil, o debate sobre SAN (Segurança Alimentar e Nutricional) ganhou força na década de 1980, durante o período de redemocratização do país, após a ditadura militar. Em 1986, na primeira Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, foi elaborado um relatório onde se propunha a criação de uma Política de Alimentação e Nutrição que estivesse centrada na garantia à alimentação de qualidade, e então começou a ser desenhada a Política Nacional de Segurança Alimentar. Este marco foi responsável pela criação e estabelecimento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), em 1993 (RIBEIRO *et al.*, 2021) e consolidou o entendimento de Segurança Alimentar em duas dimensões: a alimentar e a nutricional, sendo que a primeira refere-se a disponibilidade e a segunda à qualidade dos alimentos (VALENTE *et al.*, 2007). O CONSEA foi responsável por inserir a alimentação como um direito fundamental na Constituição Federal, além de ter sido fundamental para a regulamentação da Política Nacional de SAN, que definiu os parâmetros para a criação do Plano Nacional de Segurança Alimentar (RECINE *et al.*, 2020).

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional passou então a ser incorporado em discussões e planejamentos governamentais, e a partir disso tem-se a elaboração das primeiras políticas públicas com objetivo de garantir a oferta de alimentos básicos à população (STEDILE; CARVALHO, 2015). Estas políticas públicas estão ligadas a dois princípios, o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAA) e à Soberania Alimentar (RIBEIRO *et al.*, 2021).

Em 2014, a partir dos avanços sociais advindos da implementação de políticas públicas relacionadas à alimentação, o Brasil foi reconhecido pela ONU, através do relatório internacional da FAO “Estado da Insegurança Alimentar no Mundo”, como exemplo de enfrentamento à fome pelo sucesso da execução das políticas de SAN, concretizando a saída do país do Mapa da Fome das Nações Unidas, com redução expressiva nos índices de subalimentação e desnutrição infantil (FAO, 2015). Porém, os dados levantados pela Rede PENSSAN (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional) demonstram que, atualmente, podemos visualizar ao

menos dois mapas da fome no Brasil: um está relacionado às desigualdades regionais; e outro relacionando o fato de que, dentre a população brasileira que não possui acesso à uma alimentação adequada, grande parte corresponde a população pobre, periférica, população negra, camponesa e pessoas de baixa escolaridade (PENSSAN, 2021).

Atualmente presenciamos um cenário político desfavorável às políticas de SAN, a exemplo disso podemos citar a Medida Provisória (MP) 870, editada em 2019 pelo atual presidente da república Jair Bolsonaro em seu primeiro dia no cargo. Esta MP extinguiu o CONSEA a nível nacional, fato que comprometeu a execução do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CASTRO, 2019) e favoreceu o desmantelamento dos programas voltados ao DHAA (RECINE *et al.*, 2020). Além disso, desde 2016 o Brasil enfrenta consequências de medidas como o esvaziamento dos estoques reguladores da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimentos) e o aumento da exportação de alimentos (DIEESE, 2021). Portanto, apesar dos avanços mencionados anteriormente em relação a presença da pauta SAN na política, a superação da insegurança alimentar ainda passa longe de ser alcançada.

Dados divulgados em 2020 pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada pelo IBGE nos anos de 2017 a 2018, revelaram que ao menos 10,3 milhões de pessoas no Brasil moravam em domicílios com grau grave de Insegurança Alimentar (IA), ou seja encontravam-se em situação de fome. Ressalta-se que a IA moderada ou grave, foi maior em domicílios onde a pessoa de referência era do sexo feminino (IBGE, 2020).

Segurança Alimentar e Nutricional no estado de Santa Catarina

O Conselho Estadual de Segurança Alimentar Nutricional de Santa Catarina (CONSEA/SC) foi instituído no ano de 2004 através da Lei 12911, este foi consolidado no Estado a partir da 2ª Conferência Estadual de SAN (CESAN) (MACHADO; MACHADO, 2016). Neste mesmo ano, Santa Catarina ocupava a posição de 6º estado mais rico do Brasil, 4º IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) mais alto e 5º maior exportador de produtos agropecuários. Porém, 12,4% da população já sofria com a desigualdade de acesso aos alimentos, representando mais de 665 mil pessoas sem condições de garantir a própria alimentação, no meio rural este número sobe para 19,7% da população (BRASIL, 2004).

O Mapa da Fome, realizado em 2003 pelo Instituto de Planejamento e Economia Agrícola em Santa Catarina, constatou que 32,7% da população do estado situava-se na

faixa da pobreza, ou seja, possuíam algum grau de carência alimentar devido a falta de condições de acesso à alimentação adequada (VANDRESEN, 2004). O estudo “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”, conduzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstrou que em 2019, na região Sul do Brasil, 34,1% das pessoas em ocupações informais era de cor ou raça preta ou parda, e a partir do recorte em categorias de rendimento segundo o tipo de ocupação, tanto em ocupação formal quanto informal, foi possível observar que pessoas de cor ou raça preta ou pardas recebem remuneração menor do que pessoas brancas (IBGE, 2019).

Guedes e colaboradores (2020) demonstraram em um estudo mais recente a situação de SAN dos municípios catarinenses, neste os municípios foram classificados em relação à sua situação de SAN como: ruim, regular, boa ou ótima. A pesquisa constatou que nenhum dos 295 municípios analisados obtiveram SAN classificada como ótima, em 34,6% a classificação foi boa, 64,7% regular, e 0,7% ruim. Dados publicados pelo IBGE na Pesquisa de Orçamentos Familiares (2017/2018) apontam que 13,1% dos domicílios catarinenses encontravam-se com algum grau de insegurança alimentar, o que representa quase 1 milhão de pessoas (IBGE, 2020). Galindo e colaboradores (2021) demonstram em sua pesquisa que 51,7% da região Sul do Brasil sofre com algum grau de IA.

Estes dados se contrapõem ao fato de Santa Catarina ocupar a 3ª posição em IDH mais alto (IBGE, 2019), neste sentido pode-se notar uma disparidade entre a realidade específica de cada município quando comparado ao estado de maneira geral. Os dados também evidenciam que o acesso ao alimento no estado, ou seja, a disponibilidade de recursos para tal não encontra-se bem distribuído, conseqüentemente denuncia a ineficiência das políticas públicas de alimentação. Em Junho de 2020, o Governo Estadual de Santa Catarina anunciou a destinação de 4,5 milhões de reais para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que tem como finalidade comprar alimentos de pequenos produtores e destinar à populações em situação de vulnerabilidade alimentar. Neste mesmo ano havia no estado 134 municípios no mapa da insegurança alimentar e nutricional, porém, apenas 19,5% deste valor foi usado (BISPO; ALVES, 2021).

Na capital Florianópolis, a Lei 9355 de 2013, trata da Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. Para que esta política seja efetiva, a lei define como integrantes fundamentais as Conferências Municipais, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (COMSEAS), a Coordenadoria e a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CAISAN) e o Plano

Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (FLORIANÓPOLIS, 2013). Estão em funcionamento o COMSEAS, e as Conferências, porém a Coordenadoria e a CAISAN não foram ainda instituídas a âmbito municipal, o que dificulta a elaboração e execução do Plano Municipal de SAN. A inexistência da CAISAN prejudica a adesão de Florianópolis ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Portanto, a concretização do DHAA no município é prejudicada pela ausência destes instrumentos políticos, uma vez que não existem diagnósticos que orientem a proposição de orçamento para implementação de programas voltados às questões de SAN (BOTELHO, 2021).

Soberania Territorial na garantia do alimento

Após o fim da II Guerra Mundial, a questão da fome nos países pobres era tida como um problema relativo à indisponibilidade de alimentos, que advinha de uma produção em quantidade insuficiente (VALENTE *et al.*, 2007). Esta ideia, que atrela a questão da segurança alimentar unicamente a quantidade de alimentos produzida, impulsionou a chamada Revolução Verde. No período pós Guerra, através do discurso de solucionar o problema da fome no mundo, uma série de pacotes tecnológicos que consistiam no uso em larga escala de agrotóxicos, uso de sementes geneticamente modificadas, adubos químicos, e nanotecnologias, foram incentivados e implementados, acarretando em mudanças nas características naturais do ambiente (SANTOS, 2019).

No Brasil, este projeto ganhou ainda mais força após o golpe militar de 1964. A modernização da agricultura foi financiada principalmente pela parceria entre o Estado e grandes empresas transnacionais, que dominaram o setor agrícola, e teve como base: alto investimento, intenso uso de insumos externos e redução no uso de mão de obra, dessa forma alterando as relações de trabalho e intensificando a pressão sobre pequenos agricultores (DALMORO, 2018). O mesmo ocorreu com os povos tradicionais cujas terras não estavam demarcadas, sendo forçados pelo agronegócio a abandonar seus territórios. A economia política da Revolução Verde, baseada na lógica do produtivismo, corroborou com o roubo e grilagem destas terras, desta forma impedindo estas populações de exercerem seu DHAA pois, para que haja Soberania Alimentar¹, é necessário que sejam

¹ A Soberania Alimentar trata do conjunto de políticas públicas e sociais que deve ser adotado por todos os territórios, para garantir que em cada local sejam produzidos os alimentos necessários àquela população. Este conceito parte do princípio de que, o povo para ser soberano, deve ter condições de produzir o próprio alimento de forma que sejam respeitadas suas características culturais (STEDILE; CARVALHO, 2015).

garantidos os recursos e condições necessárias para que as populações possam produzir, em cada local, os alimentos que consomem conforme suas particularidades culturais (VALENTE *et al.*, 2007; NOVAES *et al.*, 2019; STEDILE; CARVALHO, 2015).

Miranda (2015) destaca que o cenário de domínio crescente do latifúndio impôs uma nova realidade aos alimentos, que antes tinham como fundamento a garantia da vida, e passaram a condição de mercadoria, fadada a gerar lucros. Esta visão impulsionou a implantação de culturas destinadas à exportação, ficando os produtos considerados de primeira necessidade em segundo plano (BALSAN, 2006). A América Latina é a região do mundo onde há maior desigualdade em relação à distribuição da terra, e no Brasil, conforme exposto no Relatório “Terra, poder e desigualdade na América Latina”, 1% das maiores propriedades rurais ocupam 45% da área rural do país inteiro, sendo que pequenos agricultores (área menor que 10 hectares) representam 47% das propriedades rurais de todo o país. Dessa forma, observa-se que conforme grandes latifúndios se expandem pelos territórios, pequenos produtores desaparecem do campo (OXFAM, 2016).

Diversos estudos e pesquisas comprovam este impacto sobre a segurança alimentar das populações. Leite e colaboradores (2007) destacam a alta prevalência de desnutrição infantil contrastando com os altos níveis de obesidade adulta entre os povos indígenas, resultante das transformações socioeconômicas às quais foram submetidos. O 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil, realizado pela Rede PENSSAN e publicado em 2022, expõe que a condição alimentar das populações rurais é preocupante: 60% dos domicílios sofrem com algum grau de IA, com IA moderada e IA grave em 16,9% e 18,6%, respectivamente (PENSSAN, 2022). A expansão do agronegócio através do capital industrial, padronizado e hegemônico, vulnerabiliza a condição alimentar das populações camponesas e tradicionais, encarece o alimento, ao passo que expande território para produção de commodities agrícolas voltadas à exportação, dessa forma lucrando com a fome. (CORRÊA *et al.*, 2019; BORGES *et al.*, 2021).

Implicações da pandemia na Segurança Alimentar e Nutricional

Conforme exposto anteriormente, o país vivencia um cenário de desmonte das políticas sociais. Este fator favoreceu a intensificação da IA durante a pandemia, e a disseminação do vírus da COVID-19 acentuou os processos históricos que caracterizam a fome no Brasil, tais como a insuficiência de renda relacionada à precarização das relações

trabalhistas, o aumento do desemprego, a degradação das condições de moradia, e de infraestrutura sanitária, fatores estes diretamente relacionados à desigualdade entre classes sociais (PENSSAN, 2021). Os retrocessos orçamentários e institucionais em relação às políticas de SAN no cenário pré-pandemia contribuíram para o agravamento desta situação, e até então o Governo Federal não apresentou nenhuma proposta de longo prazo que tenha como fim consolidar o direito à alimentação (NATARELLI; GOMES, 2022).

Em 2020, no primeiro trimestre de pandemia, o desemprego no Brasil já havia crescido 12,9% (RECINE *et al.*, 2020). A renda familiar é um dos fatores diretamente associados à condição alimentar de uma população, uma vez que para ter acesso ao alimento é preciso ter poder de compra, logo, em momentos de crise econômica como o da pandemia, onde observa-se o aumento da pobreza e do desemprego, a presença da fome tende a aumentar (NEVES *et al.*, 2021; SOUSA *et al.*, 2019).

O 1º “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19” no Brasil, conduzido no final de 2020 pela Rede PENSSAN, demonstrou que, naquele ano, 112 milhões de brasileiros sofreram algum grau de IA, sendo que destes, 19,1 milhões de brasileiros se encontravam em situação de IA grave, ou seja, fome (PENSSAN, 2021). A situação se agrava no segundo ano de pandemia, a divulgação em 2022 do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil, novamente realizado pela Rede PENSSAN, demonstra que o número de pessoas em situação de fome subiu para 33,1 milhões. A pesquisa demonstra que 43% das famílias que possuem renda per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo², se encontram em situação de fome (PENSSAN, 2022).

Além da diferença de acesso ao alimento entre classes sociais, causada pela disparidade de renda, o impacto da COVID-19 sobre a população brasileira também apresenta-se de formas distintas quando se faz o recorte de gênero e raça. Em 2021, a insegurança alimentar grave em domicílios chefiados por mulheres foi o dobro daquela encontrada para domicílios chefiados por homens. Quando feito recorte de raça e se tratando de domicílios onde a pessoa responsável é de cor ou raça negra, 33,2% dos domicílios são identificados com segurança alimentar, quando de raça ou cor parda, 32,2%. A IA grave foi constatada em 23,4% dos domicílios cujos responsáveis são pessoas negras e 18,9% nos domicílios cujos responsáveis são pessoas pardas. (GALINDO *et al.*, 2021). Quando comparam-se os dados observados no primeiro e segundo “Inquérito Nacional

² Valor do salário mínimo no Brasil, em Julho de 2022: R \$1.212,00 (BRASIL, 2022).

sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19”, entre a população negra houve um aumento de 60% em relação à IA grave, já entre a população branca, este aumento foi de 34,6% entre 2020 e 2022 (PENSSAN, 2022).

Conforme exposto no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2016-2019, o incentivo público por meio de políticas públicas à agricultura familiar, promove a garantia da redução da pobreza e desigualdade social no meio rural (CORRÊA *et al.*, 2019). Em 2021, a Medida Provisória (MP) 1061/2021, de autoria do governo Bolsonaro, extingue o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o substitui pelo Programa Alimenta Brasil. O PAA é parte fundamental das políticas de SAN, uma vez que o governo adquire alimentos de produção familiar e camponesa e faz a distribuição para famílias em vulnerabilidade alimentar, gerando renda no campo e promovendo o enfrentamento à fome. A nova proposta do governo deixa muitas dúvidas sobre seu funcionamento, e coloca em descontinuidade um dos destaques do PAA, a política de valorização de sementes crioulas (SAMPAIO, 2021).

Ademais, observa-se nos dados publicados em 2022 pela CONAB que, desde 2016 o governo reduziu drasticamente a compra de alimentos da Agricultura Familiar, chegando a zerar a compra de todos os produtos que costumava adquirir desses agricultores, como alimentos que fazem parte da cesta básica (arroz, leite, feijão, café, açúcar, farinha de mandioca), e grãos como milho, trigo e soja. Os estoques públicos de alimentos foram esvaziados, chegando em 2022 com apenas sacaria de polipropileno, vazias, em estoque (CONAB, 2022). Durante a pandemia, houve ainda a supressão parcial da demanda de compra de alimentos da agricultura familiar, devido ao cancelamento de feiras públicas, redução de compra da merenda escolar e fechamento de restaurantes e escolas (VALADARES *et al.*, 2020). A falta de fomento às políticas públicas que promovam a Soberania Alimentar das populações rurais está expressa no agravamento da insegurança alimentar na zona rural no período, sendo que em 2022, 60% dos domicílios situados em áreas rurais apresentam algum grau de IA (PENSSAN, 2022).

Outro fator que merece destaque em relação às condições alimentares dos brasileiros em tempos de pandemia, diz respeito ao aumento do consumo de alimentos ultraprocessados. No Brasil, no ano de 2020, pessoas de baixa renda, desempregados e pessoas negras relataram aumento no consumo de alimentos altamente processados (FAO, 2021). Um dos fatores que levam a este padrão de consumo é a redução da renda familiar e a inflação no preço dos alimentos, fazendo com que seja mais difícil o acesso a alimentos

frescos por serem mais caros (STEELE *et al.*, 2020). Gomes e colaboradores (2020) demonstram em sua pesquisa que ao longo do tempo os alimentos ultraprocessados estão ficando mais baratos, e estima-se que em 2030 a diferença entre o quilo destes alimentos e alimentos in natura será de aproximadamente R\$ 0,90.

A inflação no preço dos alimentos in natura está diretamente relacionada à falta de fomento às políticas de fortalecimento da Agricultura Familiar, uma vez que esta é responsável pela produção de 70% do que chega à mesa dos brasileiros. Soma-se a isto, o esvaziamento dos estoques públicos de alimentos básicos, acrescido do crescimento da exportação de produtos como o arroz, soja e óleo de soja, carne bovina, café, açúcar e milho, e ainda em paralelo, a contínua desvalorização do real frente ao dólar (DIEESE, 2021).

As estratégias de enfrentamento à fome: Soberania Alimentar diante da crise

O agravamento da IA diante do cenário de crise em virtude da disseminação do vírus da COVID-19, evidencia a necessidade da Reforma Agrária, estabelecimento de novas relações de trabalho, gênero e raça, e a implementação de formas de produção agrícola alternativas à convencional, ou seja, o fomento de práticas que contribuam para a Soberania Alimentar, como a Agroecologia, o que naturalmente implica em uma outra forma de uso da terra e da relação ser humano-natureza. Para ter seu direito à alimentação respeitado, a população precisa ter garantia de acesso a uma renda básica emergencial, mas para além disso, o momento de pandemia exige políticas e recursos públicos para a proteção da vida em todos seus aspectos (SCHAPPO, 2021).

Um ponto importante para o enfrentamento à insegurança alimentar perante a crise, está no fortalecimento das políticas públicas voltadas à agricultura familiar, pois, conforme já mencionado, esta é responsável pela maior parte dos alimentos que chegam às mesas brasileiras. Em nota técnica publicada pelo IPEA em 2020, já destacava-se a necessidade do governo aumentar as compras de alimentos da agricultura familiar, além da transferência de renda em caráter emergencial para suprir a lacuna gerada pela falta de feiras nos períodos mais críticos da pandemia (VALADARES *et al.*, 2020). A exemplo disso ressalta-se a importância do fortalecimento de políticas públicas previamente consolidadas no Brasil como por exemplo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Bolsa Família (PBF), e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (CONSEA/SC, 2020). O PAA se apresenta como uma boa ferramenta de enfrentamento à

fome no cenário pandêmico, uma vez que em uma de suas frentes opera através da Compra com Doação Simultânea (CDS), onde os alimentos comprados da agricultura familiar são doados a população em situação de vulnerabilidade alimentar, colaborando para o enfrentamento à crise em duas frentes, rural e urbana (SAMBUICHI *et al.*, 2020).

Existem ainda os chamados “equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional” que, com o agravante da pandemia sobre a fome, são fundamentais para o enfrentamento à mesma, são estes os Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e o Banco de Alimentos. A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, de Santa Catarina, define os Restaurantes Populares como espaços onde se “produz e distribui refeições saudáveis, com alto valor nutricional, a preços acessíveis para pessoas em situação de insegurança alimentar” (SDS, 2016). Florianópolis é uma das únicas capitais do país sem um Restaurante Popular (RP) e foi somente no ano de 2022 que vislumbrou-se a possibilidade da implementação de um RP no município. O Movimento Restaurante Popular em Floripa já destaca em carta aberta à população a importância do RP ser parte de um Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), integrado a um Plano de Segurança Alimentar e Nutricional e articulado junto com produtores locais (ALIANÇA PELA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL, 2022).

A comercialização de alimentos através de circuitos curtos agroalimentares também se apresenta como estratégia eficiente, uma vez que proporcionam ao agricultor remuneração justa, pois não depende da articulação com intermediários, e em contrapartida os consumidores têm garantia de qualidade, e acesso a variedades de alimentos locais e tradicionais que não são encontrados e valorizados nas grandes redes de supermercados. Esta forma de comercialização é benéfica no sentido de permitir a manutenção das unidades produtivas no entorno de espaços urbanos, e preservar recursos genéticos, naturais e também as culturas e saberes agrícolas regionais (RODRIGO, 2017). Além de que, em uma situação de pandemia onde a comercialização de alimentos *in natura* foi prejudicada, formas alternativas de escoamento dos produtos evitam o risco da perda destes alimentos nas propriedades devido sua perecibilidade (VALADARES *et al.*, 2020).

Como exemplo de estratégias que favorecem os circuitos curtos agroalimentares pode-se citar a articulação de Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs), a própria agricultura urbana e periurbana, a venda de cestas e o fortalecimento e ampliação de feiras agroecológicas ou orgânicas, entre outras formas de articulação. Estes equipamentos tradicionais respondem como forma de resistência ao domínio da rede de supermercados

varejistas, que favorece a intensificação da produção e oferta de alimentos ultraprocessados, os quais estão diretamente relacionados ao uso intensivo de monoculturas para produção de matéria-prima barata, ou seja, representam uma ameaça à agricultura familiar tanto frente aos preços praticados, quanto em relação à quantidade de terra concentrada em latifúndios que é utilizada para tal (SILVA FILHO; GOMES JÚNIOR, 2020; SOUZA *et al.*, 2020).

Um dos eixos de ações emergenciais para enfrentar o agravamento da fome, propostos por movimentos sindicais, sociais e entidades organizadas através da “Plataforma Emergencial do Campo, das Florestas e das Águas pela Vida e para o Enfrentamento da Fome diante da Pandemia do Coronavírus” consiste justamente no fortalecimento da capacidade produtiva da agricultura familiar e camponesa e dos povos e comunidades tradicionais. Assim, busca-se priorizar modelos produtivos que prezam a sustentabilidade ambiental e justiça social, especialmente a transição agroecológica. (PLATAFORMA EMERGENCIAL DO CAMPO, DAS FLORESTAS E DAS ÁGUAS EM DEFESA DA VIDA E PARA O ENFRENTAMENTO DA FOME DIANTE DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS, 2020).

A adoção da Agroecologia como base científica para o processo de mudança nas relações produtivas e de uso da terra sugere uma abordagem multidimensional, onde têm-se as dimensões ecológica, social, econômica, cultural e política. A dimensão ecológica entende que a preservação e conservação dos recursos naturais são fatores básicos para a continuidade da produção de alimentos. A Agroecologia propõe também a valorização de saberes e conhecimentos locais, de maneira que as intervenções estejam em acordo com a cultura local, possibilitando a Soberania Alimentar destas populações, e compreendendo a atividade agrícola para além da dimensão econômica, como uma manifestação sociocultural. Dessa forma, a agroecologia apresenta-se como uma ferramenta para além do desenvolvimento de agriculturas de base ecológica, mas aponta também os processos de organização social orientados pela transformação social e luta política, referenciando a construção de um projeto de desenvolvimento rural incompatível com a organização capitalista atual de ocupação das terras (COSTABEBER; CAPORAL, 2003; GUHUR; TONÁ, 2015).

As estratégias coletivas de enfrentamento à Insegurança Alimentar e Nutricional

Dentre as formas de enfrentar a IA em momentos de crise destacam-se as estratégias coletivas. Frente a um cenário de enfraquecimento do papel do Estado em relação à promoção de políticas de SAN, movimentos sociais e a sociedade organizada na forma de sindicatos, partidos políticos, universidades, associações e outras organizações sociais, vem reforçando as ações de solidariedade como forma de atender a demandas materiais da fome, mas também promovendo a conscientização da importância da implementação de políticas públicas que promovam ações para garantia da SAN. Diante disto, ressalta-se a importância da atuação da sociedade na participação de elaboração e implementação de políticas públicas, e neste contexto a criação e o fortalecimento de Conselhos Municipais/Estaduais de SAN faz-se essencial para promover a participação popular (SILVA FILHO; GOMES JÚNIOR, 2020; SOUZA *et al.*, 2020).

Portanto, as organizações sociais defendem a importância das ações e campanhas de solidariedade, mas não sugerem que a obrigação do Estado em garantir direitos básicos humanos, como a alimentação, seja transferida para a sociedade civil. Pelo contrário, estas ações populares de resistência denunciam o desmonte das políticas públicas, ao passo que constroem laços e enraízam as organizações populares (RIBEIRO *et al.*, 2021). Vale ainda ressaltar que, campanhas de solidariedade protagonizadas no campo popular diferenciam-se das campanhas promovidas pelos grandes conglomerados empresariais, pois trazem uma dimensão ativa, onde junto da entrega de alimentos ocorre a participação coletiva dos indivíduos, e através da solidariedade semeia-se a organização popular (BIANCHINI, 2020).

A perpetuação de sementes crioulas é uma estratégia coletiva antiga de garantir a Soberania Alimentar mantida há muitos anos por pequenos agricultores e comunidades tradicionais, como quilombolas e indígenas. Sementes crioulas são aquelas que não sofreram modificação genética a não ser por meio da seleção *in loco* feita pelo próprio agricultor, ou seja, não possuem transgenia. Ter o controle da própria semente proporciona maior autonomia às famílias agricultoras, ao mesmo tempo contribui no empoderamento cultural, neste sentido destaca-se principalmente o papel das mulheres como guardiãs e na propagação das sementes crioulas. Fomentar a produção de sementes é estimular também a produção de alimentos mais saudáveis, pois estas sementes não são dependentes do uso dos pacotes tecnológicos que incluem o uso indiscriminado de agrotóxicos. Ademais, observa-se que em feiras e eventos de trocas de sementes entre agricultores e agricultoras, existe uma grande diversidade de alimentos que, conforme o agronegócio avançou, foram

sumindo do meio rural, mas que ainda podem ser encontrados neste tipo de ação, permitindo que as famílias agricultoras diversifiquem sua alimentação, sendo assim uma ferramenta de promover a SAN (ZIEMBOWICZ *et al.*, 2007; SOUSA, 2017; KUDLAVICZ, 2021).

Em territórios urbanos, especialmente em momentos de crise, produzir o próprio alimento permite economia de recursos, garante procedência e qualidade, democratiza o uso dos espaços, ocupando espaços ociosos, e facilita o acesso a alimentos frescos, melhorando hábitos alimentares. As hortas urbanas comunitárias trazem consigo também, benefícios coletivos, como o incremento de vínculos afetivos e solidários entre os participantes e comunidades de forma que a própria organização da comunidade seja impactada positivamente, proporcionando uma maior participação popular em decisões comunitárias (CASTELO BRANCO; ALCANTARA, 2011).

O Guia Alimentar Para a População Brasileira publicado em 2004 pelo Ministério da Saúde, expõe que o cultivo de hortas facilita o acesso à alimentos *in natura* e colabora com a diminuição do consumo de alimentos ultraprocessados (BRASIL, 2004). Outro ponto que favorece as hortas comunitárias é a diminuição da distância entre a população urbana e os alimentos frescos, dessa forma têm-se maior sustentabilidade, pois há menor gasto energético com transporte e não há intermediários (ALMEIDA, 2018). Devido a esta proximidade da população, como forma de proteger a quem usufrua das hortas comunitárias, é fundamental que não sejam utilizados insumos químicos como agrotóxicos. Pereira (2021) destaca inclusive que, o fato do espaço de produção vegetal ser livre de agrotóxicos, pode chamar a atenção de pessoas da comunidade para colaboração na horta.

Materiais e métodos

A metodologia utilizada nesta pesquisa é a convergência entre a pesquisa de campo e a bibliográfica. A pesquisa bibliográfica deu sustentação teórica à análise dos dados coletados através das pesquisas de campo: questionário online e entrevista virtual semi-estruturada.

Gil (2008) define a pesquisa bibliográfica como uma investigação baseada em materiais já elaborados, tais como livros, artigos científicos e publicações oficiais, permitindo ao pesquisador uma cobertura de fenômenos mais ampla. Este tipo de verificação é necessária neste estudo visto que estamos analisando dados históricos a respeito das questões que envolvem a SAN que se encontram dispersos pelo espaço

geográfico brasileiro. Pelo fato destes já estarem sistematizados, facilita-se a arguição sobre a relação existente entre aspectos da situação conjuntural de pandemia com questões históricas e estruturais no que diz respeito ao acesso ao alimento. Do mesmo modo, a pesquisa bibliográfica auxilia a compreensão de como e por que ações que giram em torno da Reforma Agrária, movimentos sociais, comunidades tradicionais, agricultura familiar e da Agroecologia, apresentam-se como uma alternativa para a superação da fome em momentos de crise.

A pesquisa de campo foi constituída por duas fases: a) aplicação de um questionário de perguntas abertas e fechadas, em plataforma online, a grupos que estiveram envolvidos com arrecadação e distribuição de alimentos na pandemia; b) posterior entrevista virtual semi-estruturada, com parte dos respondentes que tiveram algum vínculo com hortas urbanas comunitárias durante o período de pandemia. Ambas as etapas trataram de coletar dados distribuídos no espaço geográfico do município de Florianópolis e Grande Florianópolis, Estado de Santa Catarina, Brasil.

A primeira fase busca fazer um levantamento de ações comunitárias de enfrentamento à fome em Florianópolis/SC e compreender como estas se estruturam, a partir da coleta de dados qualitativos sobre a arrecadação e distribuição de alimentos por parte de diferentes grupos ou organizações. Esta etapa teve início no dia 10 de Maio de 2022 e o questionário foi mantido aberto para respostas até o dia 10 de Junho de 2022. O ponto de partida para a definição da amostra foi o projeto de extensão “Produção de alimentos agroecológicos para famílias em situação de vulnerabilidade social em Florianópolis, SC: segurança alimentar em tempos de pandemia de COVID-19”, também denominado de “Plantio Agroecológico Solidário” (PAS), que encontra-se em andamento desde abril de 2020, na Fazenda Experimental da Ressacada da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), nas áreas do Núcleo de Agroecologia e do Laboratório de Ecologia Aplicada (LEAP). Os grupos que se envolveram de alguma forma com o PAS, bem como outros indicados por estes e por voluntários que ali atuaram, foram consultados sobre a disponibilidade e interesse de participar da pesquisa, e totalizaram 16 grupos ou organizações respondentes.

O questionário foi aplicado através da plataforma online “Google Forms”, cujo link foi previamente disponibilizado aos respondentes. Este é constituído por 30 questões que buscam caracterizar os grupos participantes, seus objetivos e ações, o público alvo destas ações, bem como caracterizar os alimentos doados, sua origem e como se deu a articulação

dos processos de arrecadação. Estes dados, junto da pesquisa bibliográfica, servirão de auxílio para a compreensão da realidade no que diz respeito às estratégias traçadas coletivamente para o enfrentamento à fome no município.

A segunda etapa da pesquisa a campo consistiu na realização, entre os dias 10 e 25 de Junho de 2022, de entrevista virtual semi-estruturada constituída por 16 perguntas, onde os respondentes do questionário que sinalizaram positivamente ao envolvimento na implantação ou manutenção de hortas urbanas comunitárias, foram entrevistados a fim de se caracterizar as hortas urbanas desenvolvidas em Florianópolis como suporte das ações comunitárias de enfrentamento à fome aqui pesquisadas. As perguntas foram divididas em 3 blocos: caracterização da horta, da produção vegetal e dos manejos. Este projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC (CEPSH-UFSC), sob o CAAE nº 56707722.0.0000.0121. Respondentes e entrevistados concordaram em participar da pesquisa assinando Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados e Discussão

As estratégias coletivas de enfrentamento à fome em Florianópolis/SC

A primeira etapa da pesquisa de campo consistiu na aplicação de um questionário online, e obteve 16 respostas. Todos os respondentes do questionário fazem parte de algum grupo, coletivo ou organização que esteve envolvido com a arrecadação e distribuição de alimentos durante a pandemia, no território de Florianópolis. Dentre as pessoas que responderam à pesquisa, 4 estão na faixa de 25 a 35 anos, 5 têm entre 36 e 45 anos, 5 pessoas na faixa dos 46 aos 60 anos de idade e por fim, 2 pessoas com mais de 60 anos. Em relação ao gênero, 56,25 % dos respondentes responderam ser do gênero feminino e 43,75%, do gênero masculino, correspondendo a 9 e 7 pessoas respectivamente.

O público alvo atingido pelas ações dos grupos participantes desta pesquisa, foi majoritariamente a população de baixa renda, em situação de vulnerabilidade social e alimentar na cidade de Florianópolis/SC. Conforme descrito no 1º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil, grupos sociais mais vulnerabilizados foram os mais afetados em sua condição alimentar durante a pandemia, uma vez que tiveram redução de renda causada pela precarização das relações de trabalho, e pela falta de acesso à condições sanitárias adequadas à um cenário pandêmico, o que facilitou uma maior disseminação do vírus da COVID-19 entre as

populações pertencentes a estes grupos (PENSSAN, 2021). Soma-se a isto o fato de Florianópolis ser a capital com a segunda cesta básica mais cara do país, custando em torno de R\$ 788,00 (DIEESE, 2022). Dessa forma, as ações de arrecadação e distribuição de alimentos aqui descritas, tiveram como público alvo a população de rua (presente em 31,3% das respostas), famílias de estudantes (12,5%), comunidades tradicionais (12,5%), e 25% dos grupos doou alimentos à cozinhas comunitárias. Foram citados também como público alvo de doações comunidades, hospitais e asilo.

Quanto ao espaço geográfico onde se localiza o público alvo das doações de alimentos, a maior parte das pessoas atendidas estão na região central de Florianópolis, onde 11 grupos atuam, seguido pela região continental com 8 grupos, Norte da ilha de Florianópolis com 7 dos grupos presentes, Sul da ilha com 4 e 1 grupo citou atender outras regiões conforme a demanda. Para ter acesso ao público alvo, parte dos grupos mencionou ter se baseado em informações já existentes sobre a localização de populações em vulnerabilidade alimentar utilizados por outras organizações, como o Cadastro de Referência da Assistência Social (CRAS), ou através de coletivos organizados nas comunidades e cozinhas comunitárias, e por meio de vínculos com creche e escola.

Além da localização geográfica dos respondentes, o questionário buscou caracterizá-los quanto ao seu objetivo ou missão, e também em relação às ações de enfrentamento à fome traçadas durante a pandemia. A síntese destas respostas encontra-se na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1- Caracterização dos coletivos, grupos ou organizações representados na pesquisa

NOME DO COLETIVO/ GRUPO OU ORGANIZAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	OBJETIVO OU MISSÃO	AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À FOME E/OU INCENTIVO À ALIMENTAÇÃO
Segurança Alimentar Norte da Ilha	Florianópolis/SC	Identificar problemas em relação à insegurança alimentar, levar as demandas às autoridades, e buscar soluções através de parcerias.	Doação de alimentos da Célula de Consumidores Responsáveis (CCR) da região, para comunidades carentes.
Associação de amigos do PACUCA (Parque Cultural do Campeche)	Florianópolis/SC	Desenvolver e divulgar a política do alimento orgânico, permacultura e Agroecologia; produzir em área pública antes ociosa; promover a agricultura urbana.	Doação de cestas básicas e alimentos produzidos, em áreas carentes e entidades filantrópicas;
Orgânico Solidário	Florianópolis/SC	Levar cestas contendo alimentos frescos e orgânicos, para famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, adquiridos junto a produtores e agricultores orgânicos da região.	Através da captação de recursos via doações, e parcerias com outros grupos, foram compradas mais de 80 mil cestas de alimentos <i>in natura</i> , orgânicos, da agricultura familiar, que foram doados a famílias em vulnerabilidade alimentar. Em Florianópolis o grupo atende aproximadamente 500 famílias por mês.
CEPAGRO (Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo)	Florianópolis/SC	Promover a Agroecologia em comunidades rurais e urbanas por meio de articulações em redes, incidência política, comunicação, educação e assessoria técnica visando à Segurança Alimentar e Nutricional.	Ações de incidência política no COMSEAS e CONSEA/SC; Participação na articulação pela implementação do Restaurante Popular; Ação solidária COVID-19: aquisição de alimentos da Agricultura Familiar agroecológica, MST, aldeias Guaranis para abastecimento de cozinhas

			comunitárias; Ciclo de formação em SAN em cozinhas comunitárias; Implantação da horta comunitária MADRE Siembra junto com os usuários do CRAS em especial migrantes.
Horta Comunitária do Muquém	Florianópolis/SC	Promover a popularização das práticas agroecológicas; tornar mais acessível uma alimentação segura e nutritiva; fomentar a autonomia alimentar e garantir a segurança alimentar e nutricional no bairro Rio Vermelho.	Entrega de cesta de alimentos a famílias em situação de vulnerabilidade que vivem no entorno da horta; Doação de alimentos a movimentos de cozinha comunitárias do bairro Rio Vermelho.
Célula de Consumidores Responsáveis Canasjures	Florianópolis/SC	Proporcionar produtos orgânicos de forma direta, do produtor para o consumidor.	As principais ações foram as doações de cestas de produtos orgânicos para famílias carentes em IA.
Assentamento Comuna Amarildo de Souza	Águas Mornas/SC	Produzir comida sem veneno.	Parcerias e doações de alimentos orgânicos <i>in natura</i> , com cozinhas comunitárias e ocupações urbanas na grande Florianópolis.
Associação Casa São José (CSJ)	Florianópolis/SC	Política de garantia de direitos da criança e adolescentes.	Recuperação ambiental do terreno da CSJ para construção de horta agroecológica; doação de alimentos.
Cozinha Comunitária Ribeirão da Ilha	Florianópolis/SC	Levar refeições para pessoas em situação de vulnerabilidade social extrema, em situação de rua.	Produção e posterior entrega de refeições; entrega de alimentos frescos; cestas básicas; café da manhã.
Instituto Pe. Wilson Groh - IVG	Florianópolis/SC	Ser um espaço de articulação de ideias e construção de pontes que unem pessoas e organizações na busca do florescimento da solidariedade estrutural.	Fundo de combate a pobreza REDE IVG; distribuição de alimentos.

Coletivo Buva	Grande Florianópolis/SC	Difundir e viabilizar o veganismo popular, interseccional, político, anticapitalista e antiespecista.	Entrega de marmitas veganas e agroecológicas para a população em situação de rua .
Creche São Francisco de Assis	Florianópolis/SC	Prestar auxílio às famílias das crianças matriculadas na Creche São Francisco de Assis.	Entrega de cestas básicas.
Comunidade Luterana de Florianópolis	Florianópolis/SC	Entidade religiosa.	Fornecer cestas básicas para famílias em situação de carência financeira e auxiliar na alimentação de núcleo de acolhimento de pessoas em situação de rua administrado pela NURREVI (Núcleo de Recuperação e Reabilitação de Vidas).
Plantio Agroecológico Solidário (UFSC - Núcleo de Agroecologia e Laboratório de Ecologia Aplicada)	Florianópolis/SC	Produzir e doar alimentos orgânicos para famílias em situação de vulnerabilidade social em Florianópolis e região.	Produção e doação de alimentos.
Quinta das Plantas	Florianópolis/SC	Plantio e estudo de plantas medicinais, e implantação de hortas urbanas.	Doação de alimentos <i>in natura</i> (hortaliças).
O Pixurum	Florianópolis/SC	Servir alimentos; Arrecadar alimentos cobertores roupas e fazer sua distribuição.	Entrega de sopa uma vez na semana; Arrecadação e entrega de cestas básicas.

Fonte: Autoria Própria (2022).

Os grupos, coletivos e organizações aqui representados, durante a pandemia atuaram em diversas frentes de enfrentamento à insegurança alimentar no município de Florianópolis, abrangendo também a Grande Florianópolis (parte continental). Dentre estas frentes, destacam-se as ações de doação de alimentos (*in natura* ou não); preparo e distribuição de refeições; e a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos destinados à doação. Estas ações estão diretamente relacionadas aos objetivos e missões de cada grupo, onde destacam-se a promoção de ações de distribuição de alimentos como auxílio ao enfrentamento à fome, e a promoção de técnicas sustentáveis de produção de alimentos, como a Agroecologia, através de hortas comunitárias e articulações junto a Agricultura Familiar.

Todos os grupos representados nesta pesquisa estiveram envolvidos com estratégias de arrecadação e distribuição de alimentos durante a pandemia. Segundo os dados coletados, 65,8% dos alimentos arrecadados para doações foram *in natura*, 26,8% corresponde a arrecadação de alimentos de cesta básica, 4,9% diz respeito a arrecadação de proteínas como carne e peixe e 2,4% trata do uso da moeda social³ (moeda alternativa de troca, utilizada entre grupos ou pessoas de uma região, para aquisição de alimentos ou outros itens). Em relação os alimentos *in natura*⁴ observou-se que 25,9% dos grupos arrecadaram alimentos que tem como origem a agricultura familiar, 25,9% de movimentos sociais, 18,5% de hortas comunitárias, 18,5% arrecadou alimentos do projeto de extensão Plantio Agroecológico Solidário, 7,4% da agricultura convencional, que foram doados por mercados pequenos ou adquiridos no Ceasa, e 3,7% dos grupos representados nesta pesquisa receberam alimentos que tem como origem comunidade indígena guarani. Quando perguntados se os alimentos arrecadados eram de procedência orgânica ou agroecológica, 81,3% dos respondentes (13 grupos) sinalizaram positivamente, sendo que 61,5% destes grupos sinalizou receber estes alimentos da agricultura familiar, 30,8% de hortas comunitárias, 23% de movimentos sociais, e 15,4% arrecadou alimentos de povos tradicionais (indígenas guaranis).

A partir destes resultados, pode-se observar que a maior parte dos alimentos frescos doados tem como origem a agricultura familiar e os movimentos sociais, e quando faz-se o recorte do tipo do alimento doado, observa-se que a maior parte dos grupos trabalhou com alimentos orgânicos ou agroecológicos em suas doações. Estes, por sua vez, foram

³ A estatística destes dados trata das 41 respostas obtidas na pergunta “Quais tipos de alimentos foram arrecadados?”.

⁴ A estatística destes dados trata de 27 respostas onde foram mencionados produtos *in natura*.

produzidos majoritariamente pela agricultura familiar, seguido pelas hortas comunitárias, movimentos sociais e povos tradicionais. Estes dados demonstram que a concepção de SAN engloba o consumo de alimentos *in natura* e a produção ambientalmente sustentável de alimentos livres de agrotóxicos, fatores que favorecem a agricultura familiar, movimentos sociais e povos tradicionais (SCHAPPO, 2021). Dessa forma, as políticas públicas de SAN devem adquirir e fomentar a produção de alimentos preferencialmente destes produtores, por exemplo, através do fomento a circuitos curtos de comercialização, mercados locais e apoio à produção agroecológica (FIAN BRASIL, 2020).

Quanto à logística de entrega e retirada das doações, 14 grupos (87,5%) responderam que haviam pessoas voluntárias envolvidas neste processo, sendo que 2 (12,5%) destes grupos também contavam com 1 funcionário encarregado para tal, 1 (6,25%) grupo disse incluir a retirada e entrega de doações na programação de suas atividades, e 1 grupo (6,25%) não respondeu à esta pergunta. Dentre as maiores dificuldades citadas para operacionalizar as entregas das arrecadações, foi mencionada a dificuldade em encontrar entidades parceiras para buscar os alimentos; falta de recursos financeiros para combustível e compra de alimentos; falta de apoio do Estado; regularidade de voluntários disponíveis para a função; dificuldade em conseguir doações e ausência de um banco de alimentos no município. Apenas 5 grupos (31,3%) relataram ter recebido auxílio de algum órgão público na articulação para a doação dos alimentos.

A falta de políticas públicas efetivas para o enfrentamento à fome no município está diretamente relacionada a não integração do município ao SISAN, devido à ausência da Coordenadoria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CAISAN). Este fato dificulta a destinação de recursos para implementação de políticas e programas de SAN, uma vez que há falta da sistematização de informações sobre as condições alimentares no município (BOTELHO, 2021). Esta falta de ação do poder público resulta em dificuldades operacionais nas ações de enfrentamento à fome, pois sem este auxílio a demanda recai fortemente sobre a sociedade civil que por si só não resolve o problema da fome, pois não consegue abranger sua totalidade. Conforme exposto anteriormente, a concretização do DHAA é algo de responsabilidade do Estado.

Outro ponto diz respeito ao beneficiamento dos alimentos arrecadados, onde 62,5% dos grupos disseram não o fazer, enquanto que 37,5% respondeu que o alimento é beneficiado de alguma forma, antes de realizar a doação. Entre estas formas de

beneficiamento foram citados: o preparo de marmitas, refeições como almoços, jantares e café da manhã. Todos os grupos envolvidos com o beneficiamento dos alimentos responderam obter ajuda voluntária neste trabalho. Os voluntários e voluntárias são descritos como pessoas da própria comunidade que receberam a doação, pessoas externas à comunidade, membros do mesmo grupo que arrecadou os alimentos, ou ainda membros de outras organizações e coletivos envolvidos com a causa, como por exemplo cozinhas comunitárias.

Dentre os critérios adotados para selecionar o público, os grupos levaram em conta principalmente a condição alimentar de determinada população, a renda, condição socioeconômica, pessoas que tiveram a renda reduzida durante a pandemia, e também foi citado o caso da parceria entre organizações onde uma produzia e doava os alimentos, e outra os beneficiava e fazia a distribuição, neste caso as cozinhas comunitárias foram citadas por 4 grupos (25%). Um dos respondentes ressalta a importância destes instrumentos de luta “...Vimos nas cozinhas uma potência de se trabalhar não só a doação de alimentos, mas o alimento como direito humano e dever do Estado de promovê-lo. Assim, além do abastecimento, as formações com as cozinhas comunitárias podem debater o papel destas no combate à fome”.

Ribeiro e colaboradores (2021) ressaltam a potência das estratégias coletivas em relação à formação política no campo popular, pois ao passo em que são realizadas as denúncias de desmonte das políticas sociais, estas ações também consolidam relações, que impulsionam o combate à fome para além da solidariedade. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) é um exemplo de como a organização popular e a formação política de base, a longo prazo, consolidam as ações de enfrentamento ao desmonte das políticas sociais. Durante a pandemia, o movimento doou mais de 6 mil toneladas de alimentos às famílias em vulnerabilidade alimentar, tanto alimentos *in natura* quanto diversos produtos beneficiados através de associações e cooperativas da Reforma Agrária Popular (MST, 2022).

Todos os coletivos, grupos e organizações envolvidos em arrecadações e doações de alimentos na pandemia que responderam a esta pesquisa, acreditam que as articulações comunitárias de doação e recebimento de alimentos contribuíram ao enfrentamento à fome no período da pandemia da COVID-19. Porém, nenhum grupo respondeu que as doações foram suficientes para atender as demandas do público alvo. Um dos respondentes ressalta: “A demanda parece ser infinita, ou não conseguimos visualizar o fim dela. Nunca sobram

jantares ou lanches, nunca entramos numa comunidade para doar e cessaram pessoas interessadas em receber. Infelizmente é uma conta que não fecha.”. Esta constatação também foi relatada na pesquisa de Botelho (2021), onde se conclui que estratégias como as hortas e a distribuição de alimentos não solucionam o problema da fome, e que estas formas de enfrentamento à insegurança alimentar deveriam ocorrer através de uma política própria que garantisse a concretização do direito à alimentação adequada.

O envolvimento das hortas comunitárias

As hortas urbanas dão utilidade a espaços ociosos dentro da cidade, e quando próximas às populações socialmente marginalizadas, possibilita o acesso mais fácil a alimentos saudáveis, além de promover a diversificação da alimentação (WEID, 2004). Almeida (2004) demonstra em seu estudo que a promoção de espaços de agricultura urbana conduz a população atuante nas hortas a melhores hábitos alimentares, visto a facilidade de acesso ao alimento e, sobretudo, devido à correlação que estas pessoas fazem entre alimentação e saúde ao participarem das atividades.

A presença das hortas comunitárias mostra-se importante para estas articulações de enfrentamento à fome na cidade de Florianópolis, por conectar quem produz e quem precisa do alimento, e também por possibilitar trocas entre pessoas de diferentes organizações. Conforme exposto anteriormente, grande parte das doações de alimentos frescos orgânicos ou agroecológicos foi realizada por hortas comunitárias, além disso, 43,3% das organizações aqui representadas estiveram envolvidas com o manejo de alguma horta comunitária na cidade, o que corresponde a um total de 7 organizações: PACUCA (Parque Cultural do Campeche), Quinta das Plantas, Núcleo de Agroecologia UFSC/ PAS, Horta Comunitária do Muquém, CEPAGRO (Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo), Associação Casa São José e Projeto Orgânico Solidário.

Os respondentes que sinalizaram este envolvimento foram convidados à segunda etapa da pesquisa de campo, que consistiu em uma entrevista virtual semi-estruturada realizada através do aplicativo de mensagens Whatsapp, onde foram levantadas questões a fim de se caracterizar hortas urbanas desenvolvidas em Florianópolis como suporte das ações comunitárias de enfrentamento à fome aqui pesquisadas. Dentre estes, dois grupos foram entrevistados: Horta Comunitária do Muquém e Plantio Agroecológico Solidário. Os outros 5 foram convidados a participar, mas não se dispuseram, por razões diversas, a esta etapa da pesquisa.

A Horta Comunitária do Muquém está localizada no bairro São João do Rio Vermelho, no norte da ilha de Florianópolis e possui uma área de 290m². O Plantio Agroecológico Solidário (PAS) é um projeto de pesquisa e extensão presente no Núcleo de Agroecologia da Fazenda Experimental da Ressacada (FER/UFSC) e na área de Sistemas Agroflorestais do Laboratório de Ecologia Aplicada (LEAP/UFSC), situado no bairro Tapera, no sul da ilha de Florianópolis, e possui uma área de horta de aproximadamente 1400 m². Ambas as hortas foram implantadas no ano de 2020, no ano de início da pandemia da COVID-19. A Horta Comunitária do Muquém foi implantada por um grupo de voluntários moradores do bairro, e o PAS por se tratar de um projeto de extensão dentro da Universidade Federal de Santa Catarina, contou com a colaboração de alunos bolsistas, voluntários(as), professoras e professores integrantes e parceiros/as do Núcleo de Agroecologia.

A caracterização da produção vegetal das hortas entrevistadas, encontra-se a seguir na Tabela 2.

Tabela 2- Caracterização das hortas comunitárias entrevistadas

Nome da Horta	Destino dos alimentos	Sistema de cultivo	Espécies cultivadas	Origem das mudas utilizadas	Manejos específicos adotados	Respon-sáveis pelos manejos
Horta Com. do Muquém	Doação e consumo dos voluntários	Agroecológico.	Hortaliças (berinjela, chuchu, quiabo, jiló, tomate, brócolis, moranga), chás, temperos, frutas, grãos, raízes.	São produzidas localmente, recebidas de doação ou também compradas em floricultura local.	Sempre que possível segue-se o calendário biodinâmico.	Colaboradores que atuam de forma voluntária.

Plantio Agroecológico Solidário	Doação para coletivos que trabalham em parceria com cozinhas comunitárias.	Agroecológico e biodinâmico.	Hortaliças (abóbora, couve, brócolis, alface, tomate), temperos (salsa, coentro, manjeriço) raízes (mandioca, cenoura), grãos (milho, feijão fava), frutas (laranja lima e banana)	Algumas mudas são produzidas no local com sementes próprias, ou a partir de sementes compradas (sem agrotóxico). Porém, a maioria das mudas são compradas em agropecuária local, através de verba conseguida por editais.	Aplicação de preparados biodinâmicos, microorganismos eficientes e homeopatas.	Alunos bolsistas do projeto, voluntários da comunidade externa à Universidade e servidores da FER (UFSC).
---------------------------------	--	------------------------------	--	---	--	---

Fonte: Autoria própria (2022).

Ambas as hortas contam com a colaboração de voluntários para a realização de suas atividades, e estão envolvidas com a doação de alimentos às populações socialmente vulneráveis. Estas hortas trabalham com o sistema agroecológico que inclui ainda manejos relacionados à agricultura biodinâmica. Dentre os alimentos produzidos, destacam-se as hortaliças, plantas medicinais, temperos, grãos e frutas. Para isto ambas as hortas produzem suas próprias mudas, apesar de também contarem com compras e doações. A Agroecologia é considerada apropriada para as áreas urbanas e periurbanas, uma vez que é pouco dependente de insumos externos e dessa forma é economicamente viável para a agricultura em pequena escala, como no caso da agricultura urbana. Ademais, a agricultura urbana permite a integração do espaço urbano à produção de alimentos, a partir de práticas agroecológicas como por exemplo, a ciclagem de resíduos orgânicos de residências e estabelecimentos comerciais, através de práticas sustentáveis como a compostagem (AQUINO; ASSIS, 2007).

A captação de recursos para a execução das atividades na Horta Comunitária do Muquém é feita através da arrecadação de doações que são realizadas por voluntários parceiros. Com este recurso, são adquiridos insumos como ferramentas e materiais para horta, em floriculturas e lojas de materiais de construção no próprio bairro. No caso do Plantio Agroecológico Solidário, por se tratar de um projeto vinculado à UFSC, os

principais recursos utilizados são advindos da verba adquirida através da participação em editais, bem como doações externas de insumos (como mudas, composto, ferramentas, etc.). O projeto conta também com a disponibilização de composto orgânico através de parcerias com outros grupos. Ambas as hortas contam com a orientação de profissionais ligados às ciências agrárias, no caso do PAS estes profissionais são professores e alunos que estão vinculados à Universidade, e no caso da Horta Comunitária do Muquém, há a presença de Engenheiro Agrônomo que auxilia voluntariamente com os manejos da horta.

Conclusão

Através da análise dos resultados obtidos na pesquisa de campo, em consonância com a pesquisa bibliográfica, pode-se concluir que populações em vulnerabilidade social como a população em situação de rua, povos tradicionais, população periférica e pequenos produtores rurais, foram as que mais sofreram impactos em suas condições alimentares durante a pandemia da COVID-19. Dessa forma, observa-se que as estratégias coletivas de enfrentamento à fome em Florianópolis aqui relatadas tiveram como público alvo grupos marginalizados que sofrem com a diminuição de renda atrelada à desigualdade social, assim sendo mais prejudicados em relação ao acesso ao alimento.

As estratégias aqui colocadas possuem grande importância não somente pelo fato de trabalharem em busca da concretização do DHAA, mas também por denunciarem a atual situação alimentar do município. Estas ações por si só não solucionam o problema da fome, pois não abrangem sua totalidade, porém, consolidam relações entre grupos e organizações através da promoção do debate acerca da SAN, fazendo com que sejam impulsionadas ações populares que pressionem os órgãos públicos a tomarem iniciativas a respeito do direito à alimentação, que é garantido na Constituição Federal. Ademais, estas estratégias reforçam a importância da Reforma Agrária pois demonstram a demanda por alimentos saudáveis, advindos de produção ambientalmente sustentáveis, que são protagonizadas pela Agricultura Familiar e tradicional, como os camponeses, povos indígenas e quilombolas.

Dito isto, conclui-se que frente ao desmonte das políticas sociais em âmbito nacional, estadual e municipal, estratégias coletivas se fazem importantes especialmente em momentos de crise acentuada, como o da pandemia. Porém estas seriam mais efetivas se fizessem parte de um Plano de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do município, onde através de instrumentos públicos seriam fomentadas políticas públicas

eficientes que levem em consideração a real situação alimentar da população, de maneira que o Estado de fato cumpra seu papel. Destaco também a importância da pauta Segurança Alimentar e Nutricional ser discutida no ambiente acadêmico pois, a promoção da alimentação adequada necessita da atuação de profissionais dedicados ao tema, de forma que promovam e estudem alternativas ao atual sistema agroindustrial. Para isto é fundamental que a questão da fome seja tratada no ambiente de formação.

Referências

ALIANÇA PELA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL. Movimento defende que Restaurante Popular em Florianópolis seja política de Estado. Florianópolis, 2022. Disponível em [:<https://alimentacaosaudavel.org.br/blog/restaurante-popular-em-floripa/10184/>](https://alimentacaosaudavel.org.br/blog/restaurante-popular-em-floripa/10184/).

ALMEIDA, N. P. Contribuição da horta comunitária para alimentação saudável dos agricultores e suas famílias. Nutrição-Pedra Branca, 2018.

ALMEIDA, D. Agricultura Urbana e Segurança Alimentar em Belo Horizonte: cultivando uma cidade sustentável. Agriculturas - Experiências em Agroecologia. Rio de Janeiro, v. 1, n. 0, p. 25-28, 2004.

AQUINO, A. M; ASSIS, R. L. Challenges of organic agriculture in urban and suburban areas. Ambiente & Sociedade, v. 10, n. 1, p. 137-150, 2007.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira1/decurent impacts of the agriculture modernization in brazil. Revista Campo-Território, v. 1, n. 2, 2006.

BIANCHINI, L. Campanha Periferia Viva faz da solidariedade um meio para organização popular. Brasil de Fato, Curitiba, maio 2020. Disponível em:<<https://www.brasildefatopr.com.br/2020/05/29/campanha-periferia-viva-faz-da-solidariedade-um-meio-para-organizacao-popular.>>

BISPO, F.; ALVES, S. Governo de Santa Catarina não gasta recurso de programa destinado à erradicação da fome. O joio e o trigo, 2021. Disponível em: <<https://ojoioeotrigo.com.br/2021/04/governo-de-santa-catarina-nao-gasta-recurso-de-programa-destinado-a-erradicacao-da-fome/>>.

BORGES, G. A. B.; COCA, E. L. F.; SILVA, A. R. C. Análise | Agronegócio, pandemia e fome: um triângulo indissociável. São Paulo, Brasil. Brasil de fato, 2021. Disponível em:<[>](https://www.brasildefato.com.br/2021/11/01/analise-agronegocio-pandemia-e-fome-um-triangulo-indissociavel).

BOTELHO, R. S. Direito Humano à Alimentação Adequada: a Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável no Município de Florianópolis. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia Alimentar para a População Brasileira. 2^a ed. Brasília, 2014.

BRASIL. Lei nº 14.358, de 2 de junho de 2022. Dispõe sobre o valor do salário-mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2022. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2 jun. 2022. Disponível em: <<https://in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.358-de-1-de-junho-de-2022-404843135>>. Acesso em: 4 jul. 2022.

CASTELO BRANCO, M.; ALCANTARA, F. A. Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira? Horticultura Brasileira, Brasília, v. 29, n. 3, p. 421-428, set. 2011.

CASTRO, I. R. R. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. Cadernos de Saúde Pública, v. 35, 2019.

CERQUEIRA, E. Conexão Saúde no Enfrentamento da Pandemia de Covid-19. OS IMPACTOS SOCIAIS DA COVID-19 NO BRASIL. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, p. 221. Disponível em: <<https://doi.org/10.7476/9786557080320>>.

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Série histórica de Estoques Públicos - Produto, Brasília, DF, maio 2022.

CONSEA/SC - CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Medidas necessárias para salvaguardar a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional durante a emergência de Covid-19. Ofício Circular CONSEA/SDS nº 08/2020. Florianópolis, 2020.

CORRÊA, M. L. M.; PIGNATI, W. A.; PIGNATTI, M. G.; MACHADO, J. M. H.; LIMA, F. A. N. D. S. Alimento ou mercadoria? Indicadores de autossuficiência alimentar em territórios do agronegócio, Mato Grosso, Brasil. Saúde em Debate, v. 43, p. 1070-1083, 2020.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no Mercosul. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, p. 157-194, 2003.

DALMORO, M. Questão agrária no Brasil: a batalha entre o agronegócio e a agroecologia. Kera Yvoty: reflexiones sobre la cuestión social, v. 3, p. 94-106, 2018.

DE CASTRO, J. Geografia da fome. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Antares, 1984.

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Especial primeiro de maio. 2021.

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Pelo segundo mês consecutivo, o valor da cesta básica aumenta em todas as capitais. Nota à imprensa. 2022.

FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. The State of Food Insecurity in the World: Meeting the 2015 international hunger targets: taking stock of uneven progress. Roma, 2015.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2021. Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all. Rome, FAO. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.4060/cb4474en>>.

FIAN BRASIL. Impacto da Covid-19 na Realização do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas: Relatório Preliminar de Monitoramento. Abr. 2020.

FLORIANÓPOLIS. Lei 9355: DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Out. 2013.

GALEANO, Eduardo. O livro dos abraços Porto Alegre: L&PM. 1991. 270p.

GALINDO, E.; TEIXEIRA, M. A.; DE ARAÚJO, M.; MOTTA, R.; PESSOA, M.; MENDES, L.; RENNÓ, L. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. Food for Justice Working Paper Series, n. 4, 2021.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª Edição. Editora Atlas: 2008, 220 p. Disponível em: <<https://biblioteca.uniscied.edu.mz/pdfjs/web/viewer.html?file=https://biblioteca.uniscied.edu.mz/bitstream/123456789/1036/1/M%c3%a9todos%20de%20Pesquisa%20Social.pdf>>.

GOMES E.M.; PASSOS C. M.; LEVY R.B.; MARTINS A. P. B.; MAIS L. A.; CLARO R. M. What to expect from the price of healthy and unhealthy foods over time? The case from Brazil. Public Health Nutr: 2020.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 52, n.1, 2014.

GUEDES, A. de A. F.; MACHADO, M. L.; MARTINS, M. C.; SILVA, B. L., MACHADO, P. M. D. O.; GABRIEL, C. G. What is the food and nutrition security situation of Santa Catarina municipalities? Results of a multidimensional assessment. Revista de Nutrição, v. 33, 2020.

GUHUR, D. M. P.; TONÁ, N. Agroecologia. In: Alimentação saudável: um direito de todos! Jornada Cultural Nacional. Boletim da Educação. MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra): 1ª Edição, n. 13, Dez. 2015. p. 31-36.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e Estados: Santa Catarina. Rio de Janeiro: Instituto; 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/.html?>>

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Estudos e Pesquisas-Informação Demográfica e Socioeconômica, v. 41, 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades - Florianópolis. 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/florianopolis/panorama>>.

KUDLAVICZ, M. Sementes Crioulas e Feiras como Estratégias de Resistência e Autonomia Camponesa. Cadernos de Agroecologia, v. 17, n. 2, 2022.

LUSTOSA, M. M. A.; PEITER, G. M. C. Fome e soberania alimentar na perspectiva do direito, da economia e da cidadania. 17º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. UNIRIO. nov. 2020.

MACHADO, M. S.; ALVES, C.; AZEVEDO, G. Josué de Castro e o Brasil: primeiras considerações. II Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico. Uberlândia: UFU, 2010. v.1. p. 1-14.

MACHADO, N. M. V.; MACHADO, M. L.. Linha do tempo de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina. Florianópolis: TearSAN, 2016.

MIRANDA, R. S. Segurança e soberania alimentar - alimento ou mercadoria? Um tema a refletir. In: Alimentação saudável: um direito de todos! Jornada Cultural Nacional. Boletim da Educação. MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra): 1ª Edição, n. 13, Dez. 2015. p. 89-94.

MST. MST ultrapassa 6 mil de toneladas de alimentos doados durante a pandemia. 2022. Disponível em: <<https://mst.org.br/2022/01/14/mst-ultrapassa-6-mil-toneladas-de-alimentos-doados-durante-a-pandemia/>>.

NATARELLI, T. V. P.; GOMES, J. R. P. F. PANDEMIA DA FOME: REFLEXÕES SOBRE O DIREITO SOCIAL À ALIMENTAÇÃO E A DESCONTINUIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR. In: Direito em tempos de cólera: Reflexões sobre a pandemia de Covid-19. Rio Bonito, RJ: Hipótese, v.1, p. 59-73, 2022.

NEVES, J. A.; MACHADO, M. L.; OLIVEIRA, L. D. D. A.; MORENO, Y. M. F.; MEDEIROS, M. A. T. D.; VASCONCELOS, F. D. A. G. D. Unemployment, poverty, and hunger in Brazil in Covid-19 pandemic times. Revista de Nutrição, v. 34, 2021.

NOVAES, H.; SANTOS, L.; PIRES, J. H.; FUZER, A. Questão Agrária, cooperação e agroecologia: Produção destrutiva, agroecologia e escolas de agroecologia do MST.. 3ª Edição. Marília: Lutas Anticapital, 2019. p. 191-210. 367 p.

OXFAM. TERRA, PODER E DESIGUALDADE NA AMÉRICA LATINA. Resumo executivo. Nov. 2016.

PENSSAN, Rede. 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2022.

PENSSAN, Rede. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021.

PEREIRA, P. G. Hortas Urbanas: importância social, econômica e ambiental para famílias de baixa renda. Monografia (Curso de Tecnologia em Agronegócio) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Rio. 2021. 37 p.

PERI, G. O DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E A NOVA AGENDA GOVERNAMENTAL. Agricultura familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento. Belém, v. 15, n. 2, p. 33-55, 2021.

RECINE, E.; FAGUNDES, A.; SILVA, B. L.; GARCIA, G. S.; RIBEIRO, R. D. C. L.; GABRIEL, C. G. Reflections on the extinction of the National Council for Food and Nutrition Security and the confrontation of Covid-19 in Brazil. Revista de Nutrição, v. 33, 2020.

RIBEIRO, C. J.; KRÜGER, N. R. M.; ROVERE, Tuize Silva. Diálogos da cidade no contexto pandêmico. 2021.

RIBEIRO, C. J.; NUNES, T. G.; BENDER, E. G. Soberania e segurança alimentar: ações de solidariedade em tempos de pandemia. In: RIBEIRO, et al. Diálogos da cidade no contexto pandêmico. Pelotas: Ed. UFPel, 2021. p. 181-209. 2021.

RODRIGO, I. Circuitos curtos agro-alimentares e desenvolvimento local. In: R. Oliveira, S. Amâncio, L. Fadigas (Eds.), Alfaces na avenida. Estratégias para (bem) alimentar a cidade. 1.ª Edição. Lisboa, Universidade de Lisboa, Colégio Food, Farming and Forestry, pp. 114-119, 2017. ISBN: 978-989-99801-2-9.

SAMBUICHI, R. H. R., ALMEIDA, A. F. C. S. D., PERIN, G., SPÍNOLA, P. A. C., PELLA, A. F. C. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de enfrentamento aos desafios da COVID-19. Revista de Administração Pública, v. 54, p. 1079-1096, 2020.

SAMPAIO, C. Em debate no Senado, substituição do PAA pelo Alimenta Brasil preocupa movimentos populares: Segmento aponta tentativa do governo de apagar digital do PT e da sociedade civil. Fortaleza, Brasil. Brasil de Fato, 2021. Disponível em:<<https://www.brasildefato.com.br/2021/11/30/em-debate-no-senado-substituicao-do-paa-pelo-alimenta-brasil-preocupa-movimentos-populares>>.

SANTOS, S. F. Questão Agrária, cooperação e agroecologia: A Questão Agrária no Brasil - Da Revolução Verde ao Agronegócio. 3ª Edição. Marília: Lutas Anticapital, 2019. p. 39-58. 367 p.

SCHAPPO, S. Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da covid-19. SER Social, v. 23, n. 48, p. 28-52, 2021.

SDS - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social. Equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional. 2016. Disponível em:<<https://www.sds.sc.gov.br/index.php/combate-a-fome-menu/equipamentos-publicos-d-e-seguranca-alimentar-e-nutricional>>

SILVA FILHO, O. J.; GOMES JÚNIOR, N. N. O amanhã vai à mesa: abastecimento alimentar e COVID-19. Cadernos de Saúde Pública, v. 36, p. e00095220, 2020.

SOUSA, L. R. M. D.; SEGALL-CORRÊA, A. M.; VILLE, A. S.; MELGAR-QUINONEZ, H. Food security status in times of financial and political crisis in Brazil. Cadernos de Saúde Pública, v. 35, 2019.

SOUSA, M. L. A Sementes crioulas: segurança e soberania alimentar na comunidade Kalunga Prata-Cavalcante-GO. 2017.

SOUZA B. F. N. J.; BERNARDES, M. S.; VIEIRA, V. C. R.; FRANCISCO, P. M. S. B.; MARIN-LEON. L.; CAMARGO, D. F. M.; et al. (In)segurança alimentar no pré e pós pandemia. InterAm J Med Health: 2020.

STEELE, E. M. et al. Mudanças alimentares na coorte NutriNet Brasil durante a pandemia de covid-19. Revista de Saúde Pública, v. 54, 2020.

STEDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. Soberania Alimentar. In: Alimentação saudável: um direito de todos! Jornada Cultural Nacional. Boletim da Educação. MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra): 1ª Edição, n. 13, Dez. 2015. p. 37-44.

VALADARES A.A., ALVES F., GALIZA M., SILVA S. P. Agricultura familiar e abastecimento alimentar no contexto do Covid-19: uma abordagem das ações públicas emergenciais. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; 2020.

VALENTE, F. L. S; BURITY V. F.; CARVALHO, T. M. F.; Curso Formação em Direito Humano à Alimentação Adequada, no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: ABRANDH, nov. 2007.

VANDRESEN, C. O Mapa da fome em Santa Catarina e as políticas de segurança alimentar e nutricional. Revista Encontros Teológicos, v. 19, n. 2, 2004.

WEID, J. M von der. Agroecologia: condição para a segurança alimentar. Agriculturas - Experiências em Agroecologia. Rio de Janeiro, v. 1, n. 0, p. 4-7, 2004.

ZIEMBOWICZ, J. A., MAIA, A. S., NUNES, P. B. P., DEVES, O. D., GOULART, S. P.
SEMENTES CRIOULAS: SEGURANÇA ALIMENTAR PELA DIVERSIDADE.
Cadernos de Agroecologia, v. 2, n. 1, 2007.